



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

BOLETIM INFORMATIVO

INFORMAÇÃO AO SERVIÇO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

FEVEREIRO DE 2023 - EDIÇÃO 99 - WWW.MEF.GOV.MZ



EM FOCO

GOVERNO E PARCEIROS DE COOPERAÇÃO PARTILHAM INTERVENÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE CABO DELGADO

PAG.3

DESTAQUE

Em Niassa

Vice-ministra da Economia e Finanças visita Posto de Cobrança de Mandimba

PAG.5





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTERIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

CARTA DE SERVIÇOS

Natureza

Órgão Central do Aparelho do Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidos pelo Governo, orienta a formulação de políticas de desenvolvimento económico e social, coordena o processo de planificação e superintende a gestão das finanças públicas.

Missão

Conceber, formular, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento económico e social sustentável e inclusivo, assegurando a mobilização e alocação criteriosa, bem como o controlo da utilização eficiente, eficaz e transparente dos recursos públicos.

Visão

Impulsionar o desenvolvimento sócio-económico do País através da prestação de serviços de excelência na gestão de políticas económicas e sociais integradas e de prestação de contas, em prol do progresso e bem-estar do povo moçambicano.

Valores

Meritocracia, Eficiência e Focalização.

Serviços Essenciais

- Elaborar a proposta do Programa Quinquenal do Governo, do Cenário Fiscal de Médio Prazo, do Plano Económico e Social do Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado;
- Orientar a fixação da previsão plurianual das receitas e do financiamento do Orçamento do Estado e comunicar os limites da despesa anual dos Órgãos e instituições do Estado;
- Implementar políticas Tributárias, Aduaneiras, Orçamental, de Seguro se de Previdência Social dos Funcionários Agentes do Estado e dos Combatentes;
- Elaborar Normas e Instruções sobre a Execução do Orçamento do Estado;
- Elaborar Relatórios do Balanço do Plano Económico e Social e de Execução do Orçamento do Estado;
- Celebrar, em representação do Estado, acordos de contratação de Dívida Pública Interna e Externa e zelar pela sua implementação;
- Coordenar a avaliação da execução das políticas macro-económicas e sectoriais.



Governo e Parceiros de Cooperação Partilham Intervenções de Desenvolvimento de Cabo Delgado



O Governo de Moçambique, representado pelo Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela, partilhou com os Parceiros de Cooperação, a chamada “Lista Verde” das acções prioritárias do Plano de Reconstrução de Cabo Delgado (PRCD) 2023-2024 com financiamento do Banco Mundial no âmbito do Projecto de Recuperação da Crise do Norte (NCRP), bem como o mapeamento das acções prioritárias sem financiamento categorizadas de “Listas Laranja e Vermelha”.

Na sua intervenção, o Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela, enalteceu a partilha das várias iniciativas em curso, sugerindo o reforço do mecanismo de coordenação, bem como o estabelecimento de um Comité de Direcção a nível Central com todos os Parceiros que têm intervenções em Cabo Delgado.

Por seu turno, o Director Nacional de Monitoria e Avaliação, Jorge Sipanela, sublinhou que, o Governo

aprovou o Plano de Reconstrução de Cabo Delgado (PRCD) 2021-2024 estruturado em 3 Pilares relativos a Assistência humanitária, Infraestruturas da Administração Pública, Sociais e Económicas e de Actividades Económicas.

O PRCD conta com o apoio de Parceiros de Cooperação estando já em curso

algumas intervenções que estão sendo desenvolvidas por vários actores naquela Província.

Entretanto há ainda desafios relacionados com a reposição de infraestruturas públicas, económicas e sociais destruídas nos distritos afectados, bem como a criação de condições básicas para a população que retorna às suas





Por sua vez, os Parceiros partilharam as várias intervenções em Cabo Delgado e em outras Províncias da Zona Norte no âmbito da implementação do Programa de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique (PREDIN). Nas suas intervenções destacaram a pertinência de estabelecer uma Plataforma de Coordenação das acções em Cabo Delgado e a zona Norte.

Participaram neste encontro do lado do Governo o Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, o Secretário de Estado de Cabo Delgado, e quadros do MEF (DNMA, DNTCEF e Gabinete de Comunicação e Imagem). Do lado dos Parceiros estiveram presentes a Embaixadora da Suécia, o Embaixador dos EUA, a Coordenadora Residente das Nações Unidas, os Directores do Banco Mundial para Moçambique, a Representante da USAID, o Representante da União Europeia, o Representante do PNUD e a Chefe de Cooperação da Suécia.

zonas de origem. O outro desafio, tem a ver com a criação de oportunidades de emprego e geração de renda através de actividades económicas.

Sipanela, sublinhou que face aos desafios presentes, urge a necessidade de mobilizar recursos para o financiamento das acções do PRCD nos de Palma, Mocímboa da Praia, Muidumbe, Macomia, Quissanga e

Nangade de modo a garantir o retorno seguro da população e o funcionamento da Administração Pública.

Para melhor focalização das intervenções nos distritos afectados foi efectuado o mapeamento e priorização das acções tendo resultado na classificação em 3 categorias designadas Lista Verde, Lista Laranja e Lista Vermelha, concluiu o Director.





Em Niassa

Vice-ministra da Economia e Finanças visita Posto de Cobrança de Mandimba



se a existência de contribuintes sazonais, o incumprimento de prazos de canalização de receita aos cofres do Estado por parte dos contribuintes particulares e intuições estatais e, por último, a fuga ao fisco dos contribuintes, aliada a factores fronteiriços.

No concernente a atribuição de NUIs, apesar de não ter realizado actividades de educação fiscal neste período, o Posto de Cobrança de Mandimba atribuiu 49 NUIs, todos singulares, o que corresponde a uma realização de 89,09% da meta fixada em 55 NUIs.

De acordo com a Autoridade Tributária em Niassa, persistem desafios relativos ao cumprimento da meta fixada para o Posto para o presente ano, e ao alargamento da base tributária por via de atribuição de NUIs e inscrição de novos contribuintes nas sedes distritais, Postos Administrativos e Localidades.

A Vice-ministra da Economia e Finanças, Carla Louveira, visitou no dia 24 de Fevereiro o Posto de Cobrança de Mandimba, tendo recebido no local, um informe sobre as actividades realizadas pela Autoridade Tributária (AT) durante o mês de Janeiro transacto.

Do leque de matérias partilhadas durante a visita consta a análise da situação sócio-económica, a atribuição de NUIs, bem como os factores que influenciaram o incumprimento das metas de cobrança em 2022.

Relativamente ao espectro social e económico desta área fiscal, a informação apresentada aponta para o predomínio de actividades ligadas à agricultura, comércio, construção, prestação de serviços, transportes, pesca e turismo, sendo esta última a que contribui com um peso significativo na realização de receitas para o estado.

Entretanto, de uma meta de 990.000, Meticais prevista para o mês de Janeiro de 2023 foram cobrados 470.441,28 Meticais, o que representa uma realização de 47,52%. Dentre os factores que contribuíram para o incumprimento da meta destacam-





Max Tonela Participa no Seminário sobre Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo



O Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela, participou em Maputo, no evento organizado pelo Tribunal Supremo (TS) denominado, Seminário Nacional de Magistrados sobre a Harmonização de Procedimentos na Tramitação de Processos de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo.

O evento de dois dias visava, dentre vários aspectos, a socialização e implementação da Estratégia de Prevenção de Combate ao Branqueamento de Capitais, bem como a tramitação processual nos crimes do branqueamento de capitais e financiamento ao Terrorismo, sem descurar das medidas de recuperação de activos e bens pelos tribunais.

Intervindo na sessão de abertura do seminário, o Presidente do TS, Adelino Muchanga, vincou ser urgente que Moçambique honre com as questões apresentadas pelo Grupo de Acção Financeira (GAFI), de modo a sair da “lista cinzenta”.

Como sabemos, Moçambique está, desde Outubro de 2022, na lista cinzenta do GAFI, por ainda não ter eliminado as deficiências na luta

contra o terrorismo e branqueamento de capitais, e a actuação dos tribunais tem sido apontada como o principal entrave para o sucesso do processo, um desafio conhecido e reconhecido pelo judiciário, mas, este diz estar limitado por aspectos para além das suas capacidades, os recursos humanos e materiais disponíveis devem estar também à altura dos tipos de crimes a combater, apontou o magistrado.

O Ministro Tonela, dirigindo-se aos presentes, sublinhou ser fundamental, a realização do seminário já que traz na sua agenda de trabalhos, temas da actualidade e de extrema importância para a economia e o desenvolvimento do País, como sabemos, Moçambique foi colocado na lista de vigilância acrescida, também referida como “lista cinzenta” devido a preocupações associadas à deficiências no sistema de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, identificadas pelo GAFI, para ser retirado desta lista, o País precisa de tomar medidas para resolver as questões apresentadas pelo GAFI.

Estamos comprometidos em resolver as deficiências identificadas e melhorar a nossa contribuição para o reforço

do sistema financeiro internacional e foi neste quadro que o Governo desencadeou, tempestivamente, acções com objectivo de assegurar a remoção com sustentabilidade do País desta lista, num prazo de 24 meses, destacando entre outras acções, a Elaboração de Uma Estratégia detalhada para implementação do Plano de Acção Acordado com o Grupo de Acção Financeira Internacional, com um cronograma que envolve o reforço do quadro legal, o fortalecimento das acções de supervisão e medidas operacionais que assegurem eficácia no cumprimento das leis, sublinhou.

Por seu turno, o representante da União Europeia (UE), Abel Paqueras, disse que os Estados Unidos da América, UE e o Banco Mundial vão apoiar Moçambique para, nos próximos anos, sair da chamada “lista cinzenta” do GAFI. A UE vai prestar assistência técnica e financeira para a criação do Registo Central do Beneficiário Efectivo e os EUA garantem apoio aos ministérios moçambicanos dos Negócios Estrangeiros e da Justiça respectivamente.

Em representação da Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, o Secretário Permanente, Manuel Malunga, afirmou que para o alcance da implementação da Estratégia em alusão, Moçambique efectuou a revisão da legislação e avaliação dos riscos do Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo de modo a travar estes crimes que retardam o desenvolvimento sócio económico do País.

Refira-se que o GAFI é uma entidade intergovernamental criada em 1989, pelo G7, em colaboração com outros actores internacionais. Este Grupo de Acção Financeira Internacional identifica as vulnerabilidades de jurisdições nacionais, com o objectivo de proteger o sistema financeiro internacional.



Governo e MCC Materializam a Continuidade do Compactoll



e no ambiente empresarial”, disse o Ministro Tonela acrescentando que a assinatura deste Aide Memoire sinaliza, de forma inequívoca, o cometimento, tanto do Governo de Moçambique como do Governo dos EUA, através do MCC, com o desenvolvimento de um Compacto II para Moçambique que seja robusto e inovador”.

O MCC é uma agência governamental independente dos EUA que trabalha para reduzir a pobreza global através do crescimento económico.

Criada em 2004, o MCC fornece subvenções e assistência de tempo limitado a países que cumprem padrões rigorosos de boa governação, combate à corrupção e respeito pelos direitos democráticos.

Testemunharam o acto de assinatura do acordo, o Embaixador dos EUA em Moçambique, Peter H. Vrooman, o Ministro das Obras Públicas Habitação e Recursos Hídricos, Carlos Mesquita, os Vice-Ministros da Economia e Finanças e o Coordenador Nacional para o Desenvolvimento do Compacto II, Higinio de Marrule.

O Governo de Moçambique representado pelo Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela e os Estados Unidos de América (EUA), representados pelo Director Executivo Adjunto do MCC dos EUA, Mahmoud Bah assinaram em Maputo, um “Aide Memoire”, no âmbito dos objectivos do compacto do Millennium Challenge Corporation (MCC).

Ao abrigo do Aide Memoire, o Governo comprometeu-se a aumentar em 50 por cento, o equivalente a 37,5 milhões de dólares (USD), a sua afectação de fundos ao sistema de manutenção de estradas no país, através da Administração Nacional de Estradas (ANE) e Fundo de Estradas. O acordo vai igualmente abranger as áreas de promoção do investimento na agricultura comercial, conectividade, transporte rural, mudanças climáticas e desenvolvimento costeiro. O Compacto II do MCC decorrerá em todo o País, com enfoque na província da Zambézia.

O Governo de Moçambique desenvolveu as metas e reformas documentadas no Aide Memoire, reflectindo a sua liderança na identificação de prioridades e desenho das actividades do compacto.

“Embora os próprios projectos de desenvolvimento venham a ser implementados na província da Zambézia (centro do país), as reformas fundamentais do compacto II implicarão melhorias a nível nacional focadas na manutenção de estradas





IX Conselho de Monitoria do Ambiente de Negócios

Governo Apresenta o Nível de Implementação do PAE e PAMAN 2019-2021



Durante o IX Conselho de Monitoria do ambiente de negócios, o Governo de Moçambique, procedeu com a apresentação da implementação de reformas que constam do Pacote de Medidas de Aceleração Económica (PAE), e o grau de implementação do Plano de Acção para a Melhoria do Ambiente de Negócios (PAMAN 2019-2021), informação que espelha os progressos alcançados desde o último relatório divulgado em Dezembro de 2022.

O pacote de reformas visa promover o relançamento económico do País com perspectivas de resultados a curto e médio prazo assentes em duas áreas de intervenção.

A primeira é alcançar a Estabilidade Macroeconómica e Melhorar a Governação Económica através de Medidas de Reforma Fiscal e Estímulo à Economia. A segunda, consiste em estimular o desenvolvimento do sector privado por via de investimento e crescimento dos sectores produtivos

através de medidas de reforma para a melhoria do Ambiente de Negócios, Transparência e Governação.

Na sessão de encerramento do evento, o Primeiro-ministro moçambicano, Adriano Maleiane, afirmou que na interacção havida durante o diálogo entre o Governo e o Sector Privado, foi notório o interesse e a disponibilidade de todos em buscar soluções que agilizem a adopção e implementação de reformas conducentes à contínua melhoria do ambiente de negócios no País.

Este facto é consubstanciado pelas valiosas e ricas contribuições apresentadas nas várias intervenções havidas neste evento, cuja materialização desafia o Governo e o Sector Privado a redobramos esforços para que passamos, de facto, continuar de forma célere e efectiva a adoptar e implementar reformas conducentes ao aprimoramento do ambiente de negócios no nosso país, disse Maleiane, acrescentando que as várias intervenções havidas em torno

do PAMAN 2019-2021 foram unânimes em considerar que a implementação deste instrumento registou vários desafios como consequência dos impactos negativos decorrentes dos ciclones Idai e Kenneth, assim como da COVID-19.

Na sua intervenção, a Vice-ministra da Economia e Finanças, Carla Louveira, fez menção aos pilares do PAE, referindo-se à medidas de reforma para o relançamento económico com destaque para a Estabilidade Macroeconómica e Melhorias na Governação Económica bem como o estímulo ao desenvolvimento do Sector Privado por via de investimento no sector produtivo.

No PAE, as acções do curto e médio prazo, encontram-se em bom nível de implementação tendo sido aprovado o Código do IVA pela Assembleia da República (AR) e a entrada em vigor da nova alíquota de 16%, bem como o Código do Imposto sobre o Consumo Específico (ICE) e a aprovação da Revisão da Lei sobre o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas entre outras Leis.

Especificamente, no tocante às acções de médio prazo, a dirigente sublinhou haver necessidade de se avançar com o mercado de construção de habitações reduzindo assim custos para o efeito. Foram igualmente, promovidos encontros com indústrias do sector de materiais de construção para a identificação de barreiras ao investimento, também foram identificados os locais potenciais para o desenvolvimento do programa de terras infra-estruturadas para habitação nos municípios de Maputo, Nampula, Dondo, Mocuba, Vilanculos, Chimoio e Lichinga entre outros.



Suécia Apoia o Governo na Mitigação das Mudanças Climáticas



climáticas. Esta iniciativa está alinhada com a Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas e com os Planos Locais de Adaptação.

A Chefe Adjunta da Cooperação Sueca em Moçambique, Luísa Fumo salientou ainda que o programa LoCAL resulta duma parceria que a Suécia estabeleceu em 2018 com a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Capital-UNCDF, com o intuito de apoiar o Ministério da Economia e Finanças e o Ministério da Terra e do Ambiente a financiar a implementação dos Planos de Adaptação Local a nível distrital através da sua integração nos Planos de Desenvolvimento Distrital.

Luísa Fumo salientou que, de 2018-2022, o programa LoCAL teve um orçamento de cerca 12 milhões dólares, para implementar várias intervenções resilientes em 13 Distritos de Gaza e Inhambane, tendo descentralizado mais de 70% dos fundos directamente para 8 distritos de Gaza e 5 distritos em Inhambane bem como, para ambos Governos provinciais.

O Governo de Moçambique representado pela Vice-ministra da Economia e Finanças Carla Louveira e a Embaixada da Suécia representada pela chefe Adjunta da Cooperação Sueca, Luísa Fumo, assinaram em Lichinga um acordo de extensão do Programa de Financiamento Climático aos Governos Locais, designado por LoCAL, da sigla inglesa Local Climate Adaptive Living avaliado em USD 12 milhões.

Na sua intervenção, Carla Louveira disse que o Programa LoCAL tem como objectivo mobilizar e canalizar o financiamento para investimento de adaptação e resiliência face às mudanças climáticas a nível dos distritos e municípios. O montante hoje anunciado pela Suécia vai assegurar a expansão do Programa para três distritos de Niassa, nomeadamente, Marrupa, Metarica e Maúa e dois distritos em Nampula, a Ilha de Moçambique e Angoche, para além de alguns distritos das províncias de Gaza e Inhambane, sublinhou.

Para Louveira este financiamento climático faz parte dos compromissos do

Acordo de Paris e das Recomendações da Conferência das Partes onde os Países desenvolvidos prometeram financiar os países menos desenvolvidos na área de adaptação e mitigação das mudanças





ISSM Divulga Matérias de Prevenção ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo



Através do Relatório da Avaliação Mútua do País, adoptado e publicado em Junho de 2021, pelo Grupo de Combate ao Branqueamento de Capitais da África Oriental e Austral (ESAAMLG), Moçambique foi colocado sob a lista de jurisdições de vigilância acrescida do Gabinete de Acção Financeira - GAFI, referida externamente como a “lista cinzenta”.

Neste contexto, uma série de medidas foram tomadas, nomeadamente:

- (i) A aprovação pelo conselho de ministros da estratégia contra o branqueamento de capitais e o financiamento ao terrorismo;
- (ii) A aprovação da Revisão da Lei do Branqueamento de Capitais pela Assembleia da República;
- (iii) A Lei de Prevenção, Repressão e Combate ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa, entre outras.

A par das medidas acima arroladas, no quadro do fortalecimento da

integridade do sistema financeiro nacional e internacional, no âmbito das tarefas do Plano do GAFI, foi instituído os Comitês de Coordenação de Alto Nível dirigido pelo Primeiro Ministro, Adriano Maleiane, e o Comité Executivo de Coordenação, ou melhor, de Implementação, liderado pelo Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela.

É neste contexto que, em cumprimento do IO3 e 4, que preconiza a realização de Workshops e Formações no sector de Seguros e Fundo de Pensões, com o objectivo de materializar a recomendação do GAFI, Nampula acolheu, de 16 a 17 de Fevereiro Corrente, o Workshop de “Divulgação de Matérias de Prevenção ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo” dirigidos ao mercado segurador, fundos de pensões obrigatórios e outros interessados, organizado pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, IP (ISSM, IP), em parceria com o Banco Mundial.

Coube ao Secretário de Estado, Jaime Neto, proferir o discurso de boas vindas aos organizadores do evento e participantes, após os cumprimentos

do Director de Serviços Provinciais da Economia e Finanças, Graciano Francisco.

Na sua intervenção, Neto reforçou que o intuito da realização do evento é reflectir conjuntamente sobre o estado actual e as melhores práticas no domínio da prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, para uma avaliação correcta do risco, em particular, a nível do sector dos seguros.

No entanto, ciente de que os desafios em matéria de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo são enormes, reafirmou a determinação do Governo na luta contra a criminalidade organizada, não permitindo, deste modo, que o país seja visto, nem tido como espaço seguro para o branqueamento de capitais.

Por sua vez, o Administrador Executivo do ISSM, IP, Mércio Siteo, no acto do discurso de abertura do encontro, referiu que, ao evento, foram propostos temas e informações relevantes com o objectivo de clarificar as obrigações a que estão sujeitos os operadores do mercado de seguros e pensões obrigatórias sob



supervisão do ISSM, IP, previstas na Lei n.º 10/2022 de 7 de Julho, de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

“Esperamos ainda que, num futuro breve, os operadores do sector de seguros e pensões actuem comprometidos com as regras legais, daí o nosso investimento, em parceria com o Banco Mundial, nestes workshops de divulgação de Matéria de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, na perspectiva de que, no final, todos concorram para se assegurar o desenvolvimento dos seguros, de forma sólida, eficiente e credível”, disse o Administrador.

Mércio continuo dizendo que as regiões Norte e Centro do País têm sido palco de realização de diversas iniciativas do ISSM, IP, no âmbito da sua estratégia de inclusão, tornando o papel da entidade de supervisão de seguros mais abrangente e participativo.

Introdução ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

De forma introdutória, este tema tratou de apresentar conceitos básicos relativos ao branqueamento de capitais no sector de seguros. Apresentou questões referentes ao meio envolvente e propício para o branqueamento de capitais, canais utilizados para branquear capitais, quem são os utilizados e os utilizadores de branqueamento de capitais, as etapas, os tipos de contratos de seguro “apetecíveis” para a lavagem do dinheiro, procedimentos a prosseguir pelas seguradoras, a necessidade de conhecer os seus clientes, manutenção de registos, identificação e participação de transações suspeitas, formação profissional, exemplos de transações suspeitas e participação à efectuar junto da polícia judiciária.

Beneficiário Efectivo

O presente tema apresentou o conceito de beneficiário efectivo e abordou a necessidade de incluir no ordenamento jurídico do País o registo

do Beneficiário Efectivo para que se cumpra a norma do FAFT e se previna o cometimento de crimes de anti lavagem de dinheiro, sonegação de impostos, transparência nas transações comerciais, e sobre a entidade responsável pela implementação do registo do Beneficiário Efectivo.

Avaliação Nacional de Risco

Informações de enquadramento e relevantes foram partilhas no presente tema como Porque é que o País teve que realizar uma avaliação nacional de riscos, o que é uma avaliação de risco de branqueamento de capitais, como é que foi desenvolvida, e sobre os aspectos identificados na referida Avaliação Nacional de Risco.

Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo no âmbito da Actividade Seguradora

Esta apresentação tratou com profundidade os diversos tópicos apresentados em apresentações acima mencionadas, desde o enquadramento legal no regime jurídico nacional, deveres das instituições financeiras, em particular das seguradoras no âmbito de prevenção e combate ao branqueamento capitais, deveres de identificar, verificar e diligenciar, dever de recusa, dever de abstenção, dever

de conservação de documentos, dever de comunicação, dever de exame, dever de controlo, dever de formação até ao dever de sigilo profissional.

Crime de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo no âmbito da Actividade Segurador

Por sua vez, este tema aprofundou os aspectos legais discutidos na apresentação anterior. Apresentou os diversos crimes precedentes ao crime de branqueamento de capitais, nos termos do artigo 7 da Lei 11/2022, de 7 de Julho, referiu as três fases do branqueamento que engloba a colocação, circulação e integração, o financiamento do terrorismo, o Tipo Subjetivo (Pretensão do Financiamento do Terrorismo), Financiamento da Proliferação de Armas de Destrução em Massa, Ligação Com o Branqueamento de Capitais, Medidas de Combate e Prevenção do Branqueamento e do Financiamento do Terrorismo e da Proliferação, Legislação nacional e, por fim, abordou o papel do Gabinete de Informação Financeira de Moçambique.

Importa referir que, a mesma iniciativa será replicada nas regiões Centro e Sul do País, nomeadamente Províncias de Sofala e Maputo.





MARP Realiza 32ª Cimeira

Realizou-se, no dia 09 de Fevereiro de 2023, em formato virtual, a 32ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos Países membros do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF).

De entre outras matérias, a Cimeira do MARF, adoptou o Relatório Bienal de Governação em África -2023, redesenhado de modo a reflectir questões relacionadas com as mudanças inconstitucionais de Governos no continente, por força da decisão da Assembleia Extraordinária da União Africana, realizada em Malabo, Guiné Equatorial, em Maio de 2022.

O relatório avalia a eficácia do quadro jurídico da União Africana na promoção do Constitucionalismo, Democracia, Estado de Direito e Governação inclusiva, na mitigação das mudanças inconstitucionais de Governos no continente, com base em estudos de caso de seis Países que experimentaram nos últimos 5 a 10 anos mudanças inconstitucionais de Governo, nomeadamente, Mali, Guiné Conacri, Chade, Sudão, Lesoto e Comores.

O pressuposto foi de Países que sofreram alterações inconstitucionais, mas que apresentam oportunidades de aprendizagem para os Estados-Membros da UA sobre estímulos e causas de mudanças inconstitucionais de Governo, isto servirá de base para o desenvolvimento e implementação de mecanismos de alerta precoce no que concerne a esse fenómeno no continente.

O relatório será submetido à 36ª Assembleia da União Africana a ter lugar de 18 a 19 de Fevereiro do ano em curso, para posterior seguimento das suas recomendações pelos órgãos da União Africana.

O MARF é um Mecanismo que foi instituído pela União Africana em 2003, que avalia o desempenho político, económico e social dos Países membros, com vista a aprimorar os parâmetros da sua governação. Moçambique acedeu ao MARF em 2003, tendo se submetido à duas avaliações, e apresentado sucessivos relatórios de progresso a União Africana.



SPEFTete Atualizada sobre a Saúde dos Funcionários



Uma vez haver interesse por parte dos funcionários desta instituição, por sinal, já foi agendada uma sessão de check-up, o apelo que deixamos é a adesão de todos os funcionários pois, terão o privilégio de saberem sobre o vosso estado de saúde e terão igualmente, a oportunidade de fazerem o registo e terem o devido cartão de saúde, sublinhou.

Em relação aos funcionários que apresentam cartões de assistência médica medicamentosa nas unidades sanitárias principalmente na situação de internamento devido à limitação de espaços, estes, são acamados nos quartos público.

Em relação à junta médica, mesmo a transferência para outra unidade hospitalar de nível provincial, central ou internacional é feita depois da verificação do estado do doente, complicação e esgotamento da capacidade do funcionário- (médico) que esteja a atender o tipo da enfermidade. "Não depende da vontade do paciente, mas sim da decisão da equipa médica" disse Ângela.

Em relação a qualquer tipo de prótese, o funcionário goza de alguns direitos de redução dos valores, como é o caso dos serviços de oftalmologia, os óculos são vendidos a preços razoáveis.

Uma equipa de Direcção Provincial da Saúde de Tete visitou recentemente o Serviço Provincial da Economia e Finanças de Tete (SPEFT) para dar conselhos e chamar atenção da importância de fazer o check-up frequentemente.

Dirigindo-se aos presentes, a farmacêutica Ângela de Almeida disse que "cuidar da nossa saúde é saber como é que estamos para isto deve-se fazer o check-up sempre e não é necessariamente que estejamos doentes".

Existem várias doenças escondidas que quando descobertas com antecedência facilmente podem ser tratadas ou serem evitadas.

Anualmente é agendado um mês para atender os funcionários de Representação do Estado e de Conselho Executivo.





Cabo-Delgado Actualiza-se com o PESOE 2023



planificação de todos os Distritos, dos Serviços e Direcções Provinciais e Delegações Provinciais.

Foi referido no evento que do ponto de vista macroeconómico, foi possível notar que para o ano 2023, no PESOE perspectiva-se uma taxa de crescimento de 5%, 2.1 pontos percentuais acima do período anterior, influenciado em parte pela retoma das actividades económicas após pandemia, no entanto, há uma necessidade de se adoptar medidas sustentáveis e abrangentes para os diferentes sectores da economia, considerando os efeitos negativos resultantes da pandemia que influenciaram na desaceleração do crescimento e do desempenho dos vários sectores. A inflação prevista para o ano de 2023 é de 11.5%, um aumento de 6.2 pontos percentuais (mais que o dobro) face ao previsto para 2022, e mais que o triplo da inflação de 2019, o que deveria obrigar o Estado a compensar a inflação com maior alocação orçamental para os sectores sociais, com particular enfoque para o sector de saúde, agricultura e protecção social, tendo em consideração o actual contexto da vulnerabilidade das crianças após os efeitos da pandemia da COVID-19, na medida em que constitui mais um elemento de redução do poder de compra das camadas mais vulneráveis.

Decorreu recentemente, na sala de conferências do Hotel Pemba Express, na Cidade de Pemba, Província de Cabo Delgado, a reunião de Harmonização do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE-2023). O encontro foi dirigido pelo Chefe do Departamento do Plano e Orçamento, Amara Dias em representação do Director do Serviço Provincial da Economia e Finanças, Dário Passo.

O mesmo tinha como objetivo de analisar os conteúdos e a metodologia da elaboração do documento, também este seminário vai permitir que os técnicos, usuários finais deste instrumento, estejam uniformizados de todos os procedimentos como forma de facilitar a interpretação e a análise dos dados.

Estiveram presentes no encontro técnicos do Departamento do Plano e Orçamento do Serviço Provincial da Economia e Finanças, técnicos de



FICHA TÉCNICA

Gabinete de Comunicação e Imagem DISP.REG°/GABINFO-DEC/2009

Director

Alfredo Mutombene

Edição e Desenho Gráfico

Emílio Fuel
Lucrécia Nhabomba
CINE Grupo

Redacção

Lucrécia Nhabomba
Luís Tobela
Felisberto Matsinhe

Revisão

Messias Sofrinho

Fotografia

Emílio Fuel
Jaime Guibango

Colaboradores

Domingos Chapungo (ISSM), Calima, Francisca e Maraneja (IGF), Francisco Chang (C. Maputo), Evinilde Fernanda (Provincia de Maputo), Euclides Matavata e Janeth Laice (CEDSIF), Fenias Zimba (AT), Paula Bila e A. Nhabanga (BVM), Benjamim Portugal e Ângela E. Santo (AdZ), Mateus Matine (MARF), Ussene Bay (Gaza), Naftal e Zandamela (Inhambane), Lifitério (Sofala), Bento Lulú (Manica), Zainuro Mussa (Zambézia), Gonçalo e Rocha (Tete), Benedito Sabonete (Nampula), Augusto Salvador e A. Mendonça (Cabo-Delgado), Benessone Bonomar (Niassa)

Av.10 de Novembro, Caixa Postal N° 272
Tlf: +258 (21) 327494 Fax: +258 (21) 315067
Maputo - Moçambique Website: www.mef.gov.mz